



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2012

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

O ano de 2012 foi marcado por muitas conquistas e desafios na área de distribuição de energia. A Coelba – maior distribuidora do Nordeste e terceira maior concessionária do Brasil em número de clientes – não mediu esforços para continuar fornecendo energia com eficiência e qualidade para as atuais 5,2 milhões de unidades consumidoras.

A distribuidora encerrou 2012 com uma receita operacional líquida de R\$ 5,81 bilhões, 17% maior que a de 2011. A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 1,31 bilhão, 2,2% superior à do ano anterior. A margem bruta em 2012 foi de 30,8% e a margem do EBITDA atingiu 22,5%. O lucro líquido também apresentou aumento: R\$ 805,5 milhões em 2012, 7,3% superior ao resultado apresentado em 2011.

Dentre os principais fatores que contribuíram para esses resultados destacam-se: crescimento da energia distribuída (somatório da energia do mercado cativo e do mercado livre) em 3,2% e o reajuste tarifário de 10,73% fixado pela ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, com vigência a partir de 22 de abril de 2012.

Em relação aos investimentos, a distribuidora destinou, no ano passado, R\$ 1,4 bilhão para expandir e modernizar sua rede elétrica. Com este valor, 34,4% superior ao de 2011, foi possível realizar 234.855 novas ligações urbanas e 26.726 rurais, construir 11.921 km de redes de distribuição, 14 subestações além de ampliar outras 21. Merece destaque o Programa Luz Para Todos, do qual a Coelba tem a maior carteira de investimentos do Brasil. Em 2012, a concessionária alcançou a marca de 494 mil novas ligações de clientes nas áreas rurais da Bahia.

Em 2011, 1,28 milhão de consumidores perderam o benefício da tarifa social e migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto). Ao longo de 2011 e 2012, a Companhia fez investimentos significativos no cadastramento dos beneficiários da tarifa social baixa renda e atingiu o total de, aproximadamente, 2 milhões de consumidores cadastrados em 31 de dezembro de 2012. Com este benefício, o consumidor de baixa renda pode reduzir sua conta de energia em até 65% e, ainda, ter acesso a programas de eficiência energética, como o Nova Geladeira, que substituiu, até 2012, 117.377 refrigeradores com selo Procel de eficiência. Juntamente com este programa, foram doadas pela Coelba 852.765 lâmpadas fluorescentes, sendo 125.324 só em 2012.

Outro exemplo de sustentabilidade e inovação foi a entrada em operação, no ano passado, da primeira usina de geração solar dentro de um estádio de futebol (Pituaçu), investimento de R\$ 5,4 milhões, em parceria com o governo da Bahia, com capacidade para gerar 630 MWh/ano.

Em relação aos índices de qualidade, apesar das fortes chuvas que atingiram várias regiões do estado, em novembro, causando desligamentos esparsos e simultâneos e dificuldades para as equipes atuarem com a agilidade necessária para restabelecer o serviço, a Coelba se mantém numa linha de evolução, apresentando melhorias significativas a cada ano. Em 2012, registrou 8,9 vezes para o FEC (Frequência Média de Interrupção por Consumidor), 20 horas para o DEC (Duração Média de Interrupção por Consumidor) e 222 minutos para o TMA (Tempo Médio de Atendimento).

Em relação às perdas, mesmo investindo em programas educativos, campanhas e ações que incluem inspeções, blindagem de redes e caixas de medição, foi registrado, em 2012, um índice de 15,84%, sendo superior ao apurado em 2011 (de 13,64%). Seguindo a estratégia adotada nos anos anteriores, a Coelba se financiou utilizando recursos de longo prazo, captando junto a bancos e agências de fomento para a realização do seu plano de investimentos. Essa estratégia visa à captação de recursos com custos mais baixos e prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. Em 2012, a Companhia recebeu, por meio de contratos com o BNDES e Finep, recursos para financiamento de Capex no valor total de R\$ 302 milhões. Considerando as perspectivas de estabilidade em seus investimentos e de liquidez, em abril de 2012, a Standard&Poor's reafirmou a nota máxima na escala nacional (brAAA) e Grau de Investimento na escala global (BBB-) para a Coelba.

Importante ressaltar que a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013 – que trata da renovação das concessões das geradoras, distribuidoras e transmissoras do setor elétrico – não alcança a Coelba, uma vez que a mesma não tem sua concessão a vencer num horizonte próximo. A redução dos custos com geração, transmissão e dos encargos setoriais na conta de energia deverá contribuir para a redução de inadimplência e perdas.

A Coelba reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao mesmo tempo em que agradece aos seus colaboradores, diretos e indiretos, e a todos os seus acionistas, conselheiros, clientes, fornecedores e governos municipais, estaduais e federal.

MARCO GEOVANNI TOBIAS DA SILVA
 Presidente do Conselho de Administração

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

A previsão dos analistas para o crescimento do PIB em 2012, segundo pesquisa semanal feita pelo Banco Central com cerca de cem bancos e consultorias, recuou para 0,98%, ficando abaixo do 1,0% pela primeira vez. Já a economia baiana deve apresentar um crescimento de 2,5% do PIB em 2012.

As questões como redução do câmbio internacional, baixos investimentos em infraestrutura, alta carga tributária e baixa produtividade são os principais pontos negativos na indústria da Bahia para 2012.

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2012 em 5,84%. A taxa ficou abaixo da registrada em 2011, quando houve uma alta de preços de 6,5%, e dentro da meta estabelecida pelo governo brasileiro, que varia entre 2,5% e 6,5%. O resultado, no entanto, ficou acima do centro da meta, que é 4,5%. O principal responsável pela inflação de 2012 foi o grupo de despesas alimentos, que registrou uma inflação de 9,86% e respondeu por quase metade da taxa total do IPCA. O grupo de despesas pessoais também teve impacto importante, com alta de preços de 10,17% no ano. Já os transportes tiveram a menor taxa: 0,48%.

A taxa de câmbio fechou 2012 em R\$/US\$ 2,04 apontando uma desvalorização do real frente ao dólar de 9,4% quando comparado a 2011, tendo como um dos principais fatores a crise europeia. O IGP-M, muito usado na referência dos alugueis, fechou 2012 com variação de 7,8%, registrando crescimento de 2,7 pontos percentuais em relação a 2012 (5,1%) e o mais elevado patamar desde 2010. A inflação acelerou sem ter como componente a alta excessiva da demanda. Vale ressaltar, que este índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de energia elétrica.

2 AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1 - REAJUSTE TARIFÁRIO 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, fixou em 10,73% a reajuste das tarifas de energia elétrica da Coelba, com vigência a partir de 22 de abril de 2012, sendo 7,53% relativos ao reajuste tarifário anual e 3,19% aos componentes financeiros. A variação percentual média percebida na conta dos consumidores cativos foi em média de 6,57%, sendo de 6,15% para os consumidores atendidos em baixa tensão, que representam mais de 99% dos clientes e inclui os clientes residenciais. Já para os consumidores cativos industriais e comerciais de média e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram aumento de 7,36%, em média.

2.2 - NOVA METODOLOGIA DA REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A ANEEL definiu a metodologia para o 3º ciclo de revisões tarifárias através da Resolução Normativa nº 457 de 08 de novembro de 2011. Para a Coelba a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3ª revisão tarifária da empresa, conforme previsto no contrato de concessão.

A taxa de Remuneração do Capital (WACC), que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões como 7,50% (após-impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício Fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em Lei as empresas ingressaram com ação judicial através da ABRADDEE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, obtendo liminar em janeiro de 2012 junto a justiça federal mantendo o benefício.

Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em benchmarking e na análise da eficiência média setorial, sendo ressaltado nas tarifas a eficiência da Coelba. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.

O Fator X será calculado considerando a produtividade; a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O Fator de produtividade será estabelecido por benchmarking na qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias. Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que foi objeto de questionamento judicial pela ABRADDEE ainda em discussão.

Para perdas de receitas irrecuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.

2.3 - REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Regulamentada pelo Decreto nº 7805/2012, a Medida Provisória nº 579/2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013) dispôs sobre a renovação das concessões de transmissão, de geração e de distribuição de energia elétrica, redução de encargos setoriais e a modicidade tarifária decorrente de tais ações. O Decreto estabeleceu a data limite de 05 de fevereiro de 2013 a respeito da Revisão Tarifária Extraordinária para calcular as novas tarifas das distribuidoras de energia elétrica decorrentes dos efeitos da Medida Provisória.

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária.

A revisão tarifária extraordinária das distribuidoras entrou em vigor em 24 de janeiro de 2013 e resultou na redução média de 20,03% nas tarifas da COELBA.

A Resolução Normativa nº 414/2010 que define as condições gerais de fornecimento, sofreu algumas alterações ao longo de 2012, sendo as principais delas feitas pelas Resoluções Normativas nº 479/2012 que entre outras modificações simplificou os processos de suspensão de fornecimento e de verificação de medidores; nº 499/2012, que modificou procedimentos para ressarcimento por danos elétricos; e nº 516/2012, que modificou procedimentos referentes ao atendimento telefônico. Em abril de 2012, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 482, a qual estabeleceu as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuídas aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica e as revisões do Módulo 1 e 3 do PRODIST-Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional.

No mês de dezembro de 2012, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1388, que estabeleceu os valores das bandeiras tarifárias, conforme definido no módulo 7 do PRORET-Procedimentos de Regulação Tarifária, a ter efeito a partir de 2014.

2.5 - IMPLANTAÇÃO DA OUVIDORIA

Em junho de 2012 foi concluído o processo de implantação da Ouvidoria da COELBA, dentro do prazo de 180 dias estabelecido na REN 470/2011 da ANEEL. Diante do que estabeleceu a Resolução, foi necessário adequar a estrutura existente que atendia as reclamações oriundas da Ouvidoria ANEEL para possibilitar o pleno cumprimento das obrigações estabelecidas.

3 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A energia distribuída (somatório da energia do mercado cativo e do mercado livre) pela COELBA em 2012 foi de 16.244 GWh, o que representa um crescimento de 3,2% em relação a 2011. Em 2012 o desaquecimento da economia, resultado da crise que atingiu o mercado internacional, comprometeu o crescimento do mercado. Assim, em 2012, todas as classes de consumo apresentaram desempenhos modestos, com destaque apenas para a classe rural (18,8%), em função do longo período de estiagem que atingiu toda a região nordeste.

Ano	Clientes Livres	Mercado Livre (GWh)	Energia Distribuída (GWh)	Participação do Mercado Livre (%)
2008	10	770	13.678	5,6
2009	13	179	14.262	1,3
2010	20	742	15.329	4,8
2011	26	699	15.745	4,4
2012	70	1.515	16.244	9,3

3.2. COMPORTAMENTO DO MERCADO CATIVO - VENDAS DE ENERGIA

O mercado cativo da COELBA em 2012 apresentou variação de -2,1% com relação 2011.

Evolução das Vendas (GWh)

Ano	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Outras Classes
2008	12.908	2.029	1.043	3.127	2.451
2009	14.083	3.564	2.644	4.837	4.364
2010	14.587	3.460	2.767	5.200	4.364
2011	15.045	3.570	2.838	5.356	4.543
2012	14.728	3.511	2.827	5.493	4.543

O consumo da classe residencial em 2012 foi 2,6% superior ao registrado em 2011. O crescimento da classe residencial ficou aquém dos últimos cinco anos, cuja média anual foi de 7,0%. O desaquecimento do consumo pode ser explicado pela ocorrência de temperaturas mínimas abaixo da média histórica durante todo o ano e pelo próprio desaquecimento da economia.

A classe industrial cativa registrou forte decréscimo de 21,2% em 2012, tendo em vista a migração de 14 consumidores ao longo do ano para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A despeito da produção física industrial da Bahia ter apresentado aumento de 2,3% no ano (acumulado até out/12), o consumo industrial total (cativo + livre), atendido pela COELBA, decresceu 2,0%.

A variação do consumo da classe comercial cativa foi de -0,4% em 2012, bem abaixo do ocorrido em anos anteriores, tendo em vista a migração de 23 consumidores ao longo do ano para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Já a classe comercial total (cativo + livre) cresceu 4,7%. Esse desempenho positivo acompanhou o comércio varejista baiano, cujo volume de vendas ficou em 10,2% no ano (janeiro a outubro).

A classe rural apresentou forte crescimento de 18,8% em 2012, em relação a 2011. Além da influência das variações climáticas, a classe rural e sua subclasse irrigação, tiveram neste ano desempenhos favoráveis, tendo em vista a estiagem que assolou o nordeste do Brasil, atingindo a Bahia e fazendo com que os equipamentos de irrigação bombeassem água dos rios com mais frequência, aumentando assim o consumo de energia elétrica, principalmente nas regiões oeste e norte do estado.

O segmento outras classes (iluminação pública, poderes públicos, serviço público e uso próprio) apresentou um crescimento total de 4,6% em 2012, quando comparado ao 2011.

3.3. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A COELBA fechou o ano, com 5.219.029 contratos ativos em sua base de dados, com um acréscimo de 137.042 contratos em relação a 2011. Os consumidores residenciais representaram 88,1% do total e 1.960.495 foram faturados como consumidores baixa renda (42,6% dos contratos residenciais).

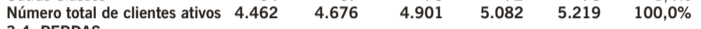
Em milhares de Contratos	2008	2009	2010	2011	2012	Participação em 2012
Residencial	3.892	4.094	4.306	4.477	4.600	88,1%
Comercial	291	300	307	313	320	6,1%
Industrial	21	21	21	21	20	0,4%
Rural	194	194	196	200	206	3,9%
Outras Classes	64	67	70	72	73	1,4%
Número total de clientes ativos	4.462	4.676	4.901	5.082	5.219	100,0%

3.4. PERDAS

O Índice de Perdas de 2012 apresentou elevação em relação ao ano anterior, passando de 13,64% para 15,84%, representando um aumento de 2,2 pontos percentuais. Este índice foi influenciado pelo aumento do número de consumidores da ordem de 2,7% e da energia distribuída, que cresceu cerca de 3,2%, contra 5,9% de crescimento da energia injetada. Também teve como influência a mudança nos critérios de classificação dos consumidores baixa renda e o aumento do número de clientes que permaneceram desligados após a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência.

O gráfico a seguir demonstra o comportamento das perdas nos últimos cinco anos.

Evolução do Índice de Perdas (%)



Foram aplicados cerca de R\$ 37 milhões com as ações de combate às perdas não técnicas. As principais ações desenvolvidas em 2012 foram:

- Realização de 178 mil inspeções, sendo detectadas 98 mil irregularidades, tendo sido recuperados 49,3 GWh, o que corresponde a R\$ 5,5 milhões;
- Regularização de 12 mil ligações clandestinas e com sem obra, contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto-religados, além da recuperação de créditos;
- Operação de blindagem de 28 mil (medição indireta) em unidades consumidoras em áreas populares, minimizando a possibilidade de realização de fraudes;
- Inspeção de 40 mil consumidores faturados pelo mínimo e regularização de 23 mil instalações;
- Operação de levantamento e atualização do cadastro de iluminação pública de 150 municípios, recuperando e agregando mais de 41,2 GWh no ano;
- Implantação de 591 telemetries em consumidores do grupo A (medição em alta tensão) e grupo B com medição indireta;
- Substituição de 10.460 medidores polifásicos obsoletos; e
- Negociação de 9,5 mil processos de irregularidade, correspondendo a mais de R\$ 14,5 milhões.

3.5. RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

R\$ Mil	2008	2009	2010	2011	2012	Participação em 2012
Residencial	1.714.305	1.806.361	2.078.339	2.388.994	2.715.529	42,2%
Comercial	1.106.844	1.109.506	1.235.750	1.387.849	1.503.507	24,5%
Industrial	827.976	910.476	939.033	1.051.378	928.027	18,5%
Rural	193.588	189.049	217.618	244.124	303.649	4,3%
Outras Classes	482.773	485.712	532.801	595.493	671.562	10,5%
Total	4.255.486	4.501.104	5.003.540	5.667.838	6.122.274	100,0%

A receita de fornecimento neste ano atingiu R\$ 6.122,3 milhões, superando o ano anterior em 8,0%, influenciada basicamente pelo índice de reajuste tarifário de 10,73% fixado pela ANEEL, com vigência a partir de 22 de abril de 2012 apesar da queda nas vendas de energia (MWh) em 2,1%. A classe de consumo responsável pelo desempenho negativo nas vendas foi a industrial devido a forte migração dos clientes cativos para o mercado livre.

3.6. ARRECADAÇÃO

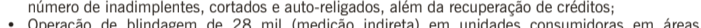
A performance da arrecadação é medida pelo índice de Arrecadação - IAR, definido pelo quociente do valor total arrecadado com energia e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação aos valores faturados por fornecimento de energia no exercício.

Em 2012, a arrecadação da COELBA superou o faturamento, o IAR alcançou 101,72%. Esse resultado foi consequência da adoção de política de cobrança com foco na atenuação da dívida de menor risco de recebimento (vencidas até 180 dias), na redução do prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança. Essas medidas justificam a evolução do índice alcançado neste ano, mesmo com a ampliação das restrições à suspensão de fornecimento de energia, imposta pela Resolução ANEEL nº 414/2010. Neste contexto, as ações de cobrança que mais se destacaram foram:

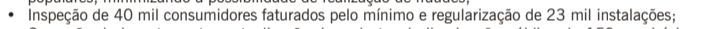
- Inclusão de 7,3 milhões no cadastro de devedores, com um incremento de 68,7% em relação a 2011;
- Realização de 992 mil suspensões de fornecimento, com um incremento de 57,2% em relação a 2011;
- Fiscalização de 221 mil unidades consumidoras com contratos cortados (recortes);
- Atuação nas maiores dívidas dos clientes das classes industrial e comercial;
- A atuação sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) através das empresas de assessoria de cobrança com volume de recuperação de R\$ 60,3 milhões. O montante recuperado supera 59,9% quando comparado com o ano anterior.

Vale ressaltar que a inadimplência no cenário externo cresceu 15% em 2012, na comparação com 2011, segundo a Serasa Experian.

Índice de Arrecadação - IAR



Arrecadação - R\$ Milhões



Os clientes da COELBA dispõem de um total de 7.271 locais de pagamento, considerando a rede credenciada Coelba Serviços, os bancos e os seus respectivos correspondentes. Deste total, a rede Coelba Serviços conta com 864 estabelecimentos comerciais credenciados, localizados nos 415 municípios atendidos na área de concessão da Empresa.

Essa penetração da rede credenciada em toda a área de concessão da COELBA proporciona maior comodidade aos clientes para o pagamento de suas faturas de energia e facilidade de acesso aos serviços de atendimento comercial.

3.7. COMPRA DE ENERGIA

A energia contratada para atender ao mercado da COELBA em 2012, totalizou 18.478 GWh, o que representa um decréscimo de 0,14% em relação a 2011. Esse decréscimo foi decorrente da frustração de alguns contratos, cujos empreendimentos de geração não foram concluídos na data prevista. A energia foi adquirida a um custo médio acumulado de R\$ 115,60/MWh, 12,04% acima do realizado no ano anterior que foi de R\$ 103,18/MWh para o mesmo período. Este custo médio não considera os encargos setoriais e de conexão.

Em 2012 a sobre contratada COELBA foi de 1,80%, garantindo o pleno atendimento do mercado cativo da empresa.

4 INVESTIMENTOS

Visando melhorar a qualidade dos serviços e ampliar a eletrificação do Estado da Bahia, foram investidos no exercício R\$ 1.406,5 milhões, importe este constituído por recursos próprios, subvenções, benefício fiscal (REIDI) e captações financeiras junto ao BNDES e FINEP.

O quadro abaixo mostra a evolução dos investimentos e a sua composição em 2012:

Evolução dos Investimentos

R\$ Mil	2008	2009	2010	2011	2012	Varição (%)
Distribuição	565.588	737.364	936.782	1.028.030	1.381.469	34%
Comercialização	116	435	389	92	803	771%
Administração e outros	65.315	66.942	39.379	18.455	24.229	31%
Total	631.019	804.742	976.550	1.046.577	1.406.501	34,4%

O REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura é um benefício fiscal criado em 2007 e faz parte de um conjunto de medidas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal. Este benefício desonera do PIS e da COFINS a venda de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e a prestação de serviços, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao REIDI, para aplicação em obras de infraestrutura destinadas ao seu ativo imobilizado, dentro dos setores de energia, transportes, portos e saneamento. O objetivo desta desoneração é reduzir o desembolso imediato de caixa das empresas permitindo que elas alocuem o investimento em obras de infraestrutura nos setores incentivados.

O projeto apresentado pela COELBA junto ao Ministério de Minas e Energia contempla, especialmente, ligações de novos clientes, renovação da rede de distribuição e expansão de rede. Além disso, renovação de subestações e de linhas de distribuição de alta tensão, automação, telecomunicação, expansão de rede de distribuição em média tensão. Em 2012 foram obtidos R\$ 57,2 milhões com o benefício fiscal do REIDI, para serem investidos em obras de infraestrutura da empresa.

4.1. EXPANSÃO DE REDE

Em 2012, foram investidos R\$ 216,9 milhões na expansão dos sistemas de subtransmissão e distribuição, para atender à crescente demanda do mercado de energia elétrica. A tabela abaixo mostra a evolução dos principais ativos do sistema elétrico da empresa nos últimos cinco anos.

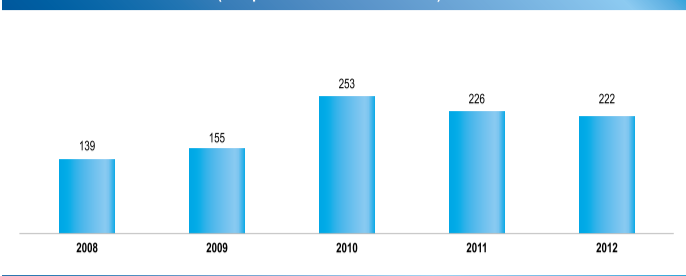
Principais Ativos Elétricos

Distribuição de Energia	2008	2009	2010	201
-------------------------	------	------	------	-----



➔ **Continuação**

TMA (Tempo Médio de Atendimento) - Minutos



No período 2008-2012, pelas necessidades de atender a novas demandas, e ainda impulsionada pelo Programa de Universalização, que continua a ser operacionalizado em sua vertente rural, denominada "Programa Luz para Todos", a empresa apresentou um crescimento aproximado de 36,8% em sua rede de média e baixa tensão e de 22,2% no número de consumidores. Este programa, considerado o maior do país em eletrificação rural, a cada ano introduz significativo crescimento físico territorialmente disperso do sistema de distribuição, o que exige maior esforço estratégico para promover o rápido atendimento às ocorrências na rede.

As restrições ambientais para o manejo da vegetação, cada vez mais rigorosas, continuam a exigir fortes desafios à melhoria dos indicadores de qualidade, assim como os congestionamentos de trânsito na região metropolitana, cujo tráfego beira o colapso, dificultando e atrasando as ações de manutenção. Buscando compensar essas dificuldades e trazer melhores números aos indicadores de qualidade, a COELBA vem investindo regularmente na automação de subestações e equipamentos de rede de distribuição, aumentando o número de subestações e chaves operadas remotamente, conforme já explicado anteriormente. O número de conexões via satélite do sistema de comunicação foi mais uma vez ampliado para aumentar a confiabilidade do contato entre os Centros de Operação (CODs) e as turmas de campo. Além disso, mais 684 relés digitais foram incorporados, no exercício, ao sistema, ampliando a capacidade das análises remotas de dados, que subsidiam ações preventivas para evitar interrupções no fornecimento de energia.

Com a introdução, desde 2011, do novo padrão de construção de redes aéreas compactas isoladas para aplicação em áreas urbanas, a cada dia vem sendo ampliado o número de quilômetros de rede urbana com essa tecnologia, o que melhora significativamente a convivência da arborização com a rede elétrica, reduzindo desligamentos daí decorrentes.

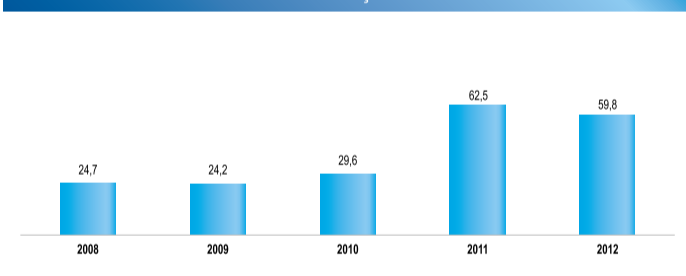
5.2. ATENDIMENTO AO CLIENTE

Procurando estar sempre ao lado do cliente, a COELBA mantém uma estrutura de atendimento que facilita o acesso aos serviços disponibilizados pela empresa, tais como:

- **Agências** - Dispostos de uma rede de atendimento com 46 agências, sendo 11 na capital e 35 nas cidades pólo do Estado. Inauguramos novas instalações para as Agências de Itapetinga e Ribeira do Pombal, oferecendo maior conforto no espaço destinado ao atendimento a clientes. Disponibilizamos 06 novas agências móveis para as Regionais de Irecê, Santo Antonio de Jesus, Barreiras, Ribeira do Pombal, Guanambi e Feira de Santana. Estas unidades móveis de atendimento proporcionam um atendimento com mais comodidade aos clientes pois leva os diversos serviços oferecidos pela COELBA até os seus bairros. Buscando a melhoria contínua da qualidade do atendimento, foi implantado na Agência Iguatemi, em Salvador, um projeto piloto com a utilização do Tablet como ferramenta de atendimento comercial, para realização de serviços rápidos e de baixa complexidade. Esta ferramenta permite que o consumidor seja atendido ainda na fila, sem necessidade de aguardar o atendimento nas posições e reduzindo o tempo de espera desta Agência.
- **Coelba Serviços** - A COELBA está presente em toda sua área de concessão (415 municípios baianos). Nos municípios onde não temos Agências Próprias, contamos com o atendimento através da rede credenciada Coelba Serviços, com 447 lojas que realizam atendimento comercial. O projeto de atendimento no credenciado via internet foi ampliado em 26 lojas de atendimento, elevando para 112 o número de estabelecimentos que atendem via Portal do Credenciado, ferramenta desenvolvida para possibilitar atendimento online para os serviços mais procurados, dotando a rede de mais autonomia e facilidade para o atendimento ao cliente.
- **Teleatendimento** - A COELBA dispõe de uma central de teleatendimento com 170 posições. Esta central recebeu, em 2012, mais de 6 milhões de chamadas com um tempo médio de atendimento de 235 segundos, se posicionando entre as maiores centrais de teleatendimento de empresas de energia elétrica do país.
- **"Site"** (www.coelba.com.br) - O site COELBA, com sua nova diagramação e melhor navegabilidade, possibilitou ao cliente maior facilidade de acesso ao portal e identificação dos serviços oferecidos. Isto concorreu para uma procura por este canal de atendimento superior a 55% em relação a 2011. Foram registrados mais de 11 milhões de acessos. Dentro dos serviços oferecidos citamos o certificado de quitação de débitos, a reclamação de falta de energia, a solicitação de ligação nova, a troca de titularidade e consulta sobre o estágio das obras do Programa Luz para Todos.
- O serviço gratuito de SMS para registro de falta de energia foi implantado em Outubro/2011, como forma de facilitar o acesso do cliente para o registro da ocorrência de falta de energia, possibilitando o envio e recebimento do protocolo de sua reclamação, de forma ágil e confiável. Em 2012 registramos uma média mensal de mais de 3.000 registros consolidando a utilização desta ferramenta de atendimento.
- **Atendimento Clientes Corporativos** - Através de especialistas no negócio de energia na capital e no interior é prestado um atendimento diferenciado e personalizado para mais de 6 mil parceiros de negócios, correspondente a cerca de 43,0 mil contas-contratos. Esses clientes representam aproximadamente 40% do consumo e 35% do faturamento total da COELBA. Fazem parte deste grupo os clientes dos poderes públicos (Federal, Estadual e da Prefeitura de Salvador), do mercado livre, e os mais de 8 mil contratos do Grupo A, entre outros.

O crescimento do número de reclamações procedentes a partir de 2011 foi resultante das modificações no processo de apuração com o objetivo da uniformização do procedimento de registro de reclamações em todas as distribuidoras do país, visando a certificação exigida pelo órgão regulador e permitindo a comparação, na mesma base, dos indicadores de duração e frequência das reclamações entre todas as distribuidoras. Não obstante, focadas na qualidade do serviço prestado, ações de melhoria foram implementadas e pode-se notar decréscimo no registro de reclamações procedentes em 2012 da ordem de 4,3% em relação a 2011.

Número de Reclamações - Em mil



6 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. INDICADORES EMPRESARIAIS

Dados Econômico-Financeiros	2008	2009	2010	2011 (a)	2012	Variação 2012/2011
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	4.655.857	5.577.484	6.239.476	7.046.131	8.033.105	14,0%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	3.115.104	3.996.126	4.394.324	4.967.359	5.813.614	17,0%
EBITDA (R\$ mil)	1.211.943	1.266.804	1.339.613	1.280.297	1.308.084	2,2%
Lucro antes Result. Financeiro e Impostos (R\$ mil)	1.032.603	1.094.287	1.133.571	1.046.095	1.051.830	0,5%
Resultado Financeiro (R\$ mil) - Exceto JSCP	(79.093)	(27.207)	(18.668)	(178.592)	(117.129)	(34,4%)
Lucro Líquido (R\$ mil)	814.805	887.625	945.719	750.490	805.497	7,3%
Ativo Total (R\$ mil)	4.235.938	4.757.880	5.372.695	6.001.604	7.107.647	18,4%
Investimentos (R\$ mil)	631.019	804.742	976.550	1.046.577	1.406.501	34,4%
Dívida Bruta (R\$ mil)	1.603.321	1.468.738	2.082.078	2.663.032	3.187.193	19,7%
Dívida Líquida (R\$ mil) (b)	1.195.893	1.166.933	1.911.810	2.446.982	2.857.819	16,8%
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1.631.205	2.120.467	2.376.713	2.297.937	2.653.672	15,5%

Indicadores Econômico-Financeiros	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011
Margem EBITDA (c)	38,9%	31,7%	30,5%	25,8%	22,5%	(3,3p.p)
Margem EBIT	33,1%	27,4%	25,8%	21,1%	18,1%	(3,0p.p)
Margem Líquida	26,2%	22,2%	21,5%	15,1%	13,9%	(1,3p.p)
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	15,32	46,56	71,76	7,17	11,17	55,8%
Dívida Líquida/EBITDA (d)	0,99	0,92	1,43	1,91	2,18	14,3%
Índice de Endividamento Líquido	42,3%	35,5%	44,6%	51,6%	51,9%	0,3p.p

Agções
Valor Patrimonial da Ação (R\$ lote de mil ações) 8,67 11,27 12,63 12,21 14,10 15,48%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R\$) 4,33 4,72 5,03 3,99 4,28 7,33%
Distribuição de Dividendos e JSCP (R\$ mil) 655.789 739.377 779.355 607.431 169.491 (72,10%)

(a) Os resultados de 2011 foram reclassificados principalmente para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade.

(b) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários.

(c) A ROL de 2009, 2010, 2011 e 2012, utilizada no cálculo da margem EBITDA, está aumentada pela receita de construção de acordo com o CPC 17, tendo esse efeito contribuído para a redução da margem % sem entretanto, ter efeito no valor do EBITDA.

(d) EBITDA 12 meses.
p.p. - pontos percentuais

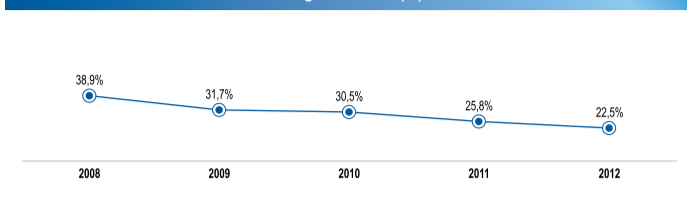
A COELBA encerrou o exercício de 2012 com uma receita operacional bruta de R\$ 8.033,1 milhões, representando um acréscimo de 14,0% em relação a 2011 (R\$ 7.046,1 milhões). Este resultado é atribuído basicamente ao crescimento da energia distribuída (+3,2%) e ao reajuste tarifário de 10,73% fixado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, com vigência a partir de 22 de abril de 2012.

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA):

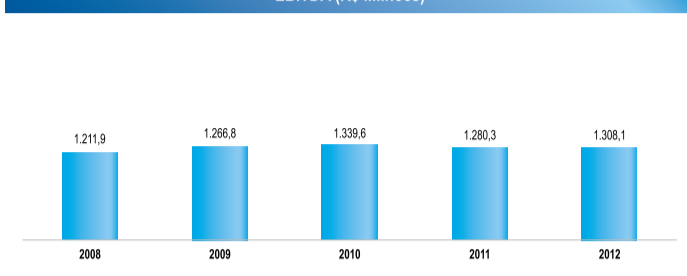
Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2008	2009	2010	2011	2012	Var. %
Lucro Líquido	814.805	887.625	945.719	750.490	805.497	7,3%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e Diferido	114.644	159.340	150.289	98.129	110.986	13,1%
Amortização Ágio e Reversão PMPL	18.819	20.115	18.895	18.884	18.218	(3,5%)
Receita Financeira	(368.200)	(307.937)	(336.687)	(310.854)	(380.095)	22,3%
Despesa Financeira	447.293	335.144	355.355	489.446	497.224	1,6%
Depreciação e Amortização	184.582	172.517	206.042	234.202	256.254	9,4%
EBITDA	1.211.943	1.266.804	1.339.613	1.280.297	1.308.084	2,2%

Em 2012, a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA alcançou R\$ 1.308,1 milhões, superior ao ano anterior em 2,2%. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo resultado alcançado da receita operacional bruta apesar do acréscimo de 21,5% nas despesas operacionais (Vendas e Administrativas).

Margem EBITDA (%)



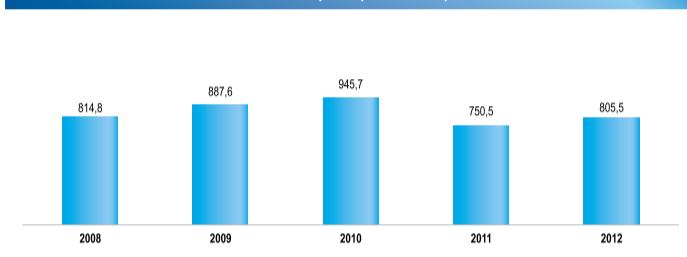
EBITDA (R\$ Milhões)



O resultado financeiro acumulado em 2012 foi uma despesa líquida de R\$ 117,1 milhões, 34,4% superior em relação ao resultado apresentado em 2011 (R\$ 178,6 milhões). Essa variação é explicada principalmente pela receita com atualização do ativo financeiro proveniente da concessão do serviço público apesar do crescimento de outras despesas financeiras e redução da receita com renda de aplicações financeiras, influenciada pelo menor volume de recursos aplicados e pela menor variação do CDI.

O lucro líquido apurado em 2012 foi de R\$ 805,5 milhões, superando em 7,3% o resultado de 2011 (R\$ 750,5 milhões).

Lucro Líquido (R\$ Milhões)



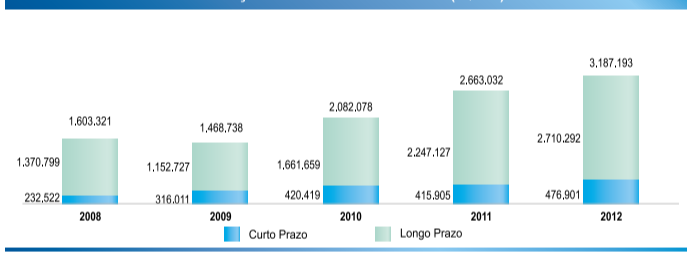
6.2. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos e derivativos, totalizou R\$ 3.187,2 milhões, 19,7% maior que em 2011 (R\$ 2.663,0 milhões), sendo que R\$ 10,6 milhões referem-se a custos de transação apropriados no passivo e diferidos durante os prazos das operações contribuindo para a redução do saldo da dívida, e R\$ 9,2 milhões referem-se aos ajustes a valor justo das dívidas e derivativos de acordo com os pronunciamentos CPC/CVM. O indicador financeiro Dívida/EBITDA passou de 2,1 em 2011 para 2,4 em 2012. A dívida líquida da COELBA (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o ano de 2012 com R\$ 2.857,8 milhões, 16,79% acima dos R\$ 2.447,0 milhões registrados em 2011. O indicador Dívida Líquida/EBITDA em 2012 foi de 2,2 contra 1,9 realizado em 2011.

Em dezembro de 2012, a Companhia realizou captações de recursos em moeda estrangeira com base na Lei 4.131, nos montantes de US\$ 200.000 junto ao Bank of América, N.A. e US\$ 50.000 junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD., com vencimentos em 14 de junho de 2018, a serem amortizados em 3 parcelas semestrais a partir de 14 Junho de 2017, com custos de libor + 1,70% a.a. e libor + 0,80% a.a., respectivamente, a serem pagos trimestralmente. Em conexão com estas operações foram contratados swaps de proteção cambial com custo médio de 100% do CDI + 0,593% a.a., do Bank of América Merrill Lynch e custo de 100% do CDI + 0,60% a.a. do Bank of Tokyo-Mitsubishi. Para fazer frente aos programas de investimentos, a COELBA mantém como estratégia obter financiamentos de longo prazo com bancos e agências de fomento, visando obter recursos com custos mais baixos e com prazos mais aderentes ao regime de longo prazo dos investimentos em distribuição. Em 2012, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP liberaram financiamentos de R\$ 295,0 milhões e R\$ 7,0 milhões, respectivamente, para a COELBA, referente aos investimentos realizados em 2011 e 2012.

Parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz para Todos são financiados através da Reserva Global de Reversão - RGR, recursos liberados pela Eletrobrás, que no ano de 2012 foi de R\$ 42,7 milhões. A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo.

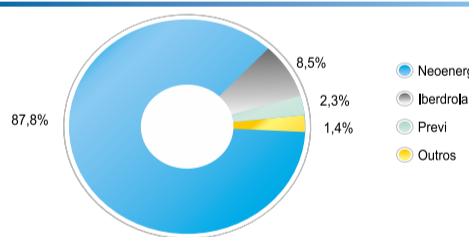
Evolução do Endividamento Bruto (R\$ Mil)



7 GOVERNANÇA CORPORATIVA

7.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social integralizado da COELBA, de R\$ 542,1 milhões, é representado por 188,1 milhões de ações, sendo 109,3 milhões ordinárias (ON), 19,5 milhões preferenciais tipo "A" (PNA) e 59,3 milhões preferenciais tipo "B". Desse total, 87,8% das ações pertencem à controladora Neoenergia, 8,5% pertencem ao grupo espanhol Iberdrola, 2,3% ao Fundo de Pensão PREVI e 1,4% aos demais acionistas não controladores.



7.2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a COELBA adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de "rating" e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

A COELBA disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, "e-mail" (ri@coelba.com.br), no "site" corporativo (www.coelba.com.br) - "link" Relações com Investidores) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões individuais do tipo "one-to-one" com as principais instituições de relacionamento e divulga Relatórios de Acompanhamento e "webconference" trimestrais com os principais números de cada empresa do Grupo e consolidado.

7.3. DIREITO DOS ACIONISTAS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS E JSCP

A COELBA possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido após constituição de 5% de reserva legal. Além disso, no estatuto social da empresa está determinado que as ações preferenciais tenham direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. A distribuição de dividendos intermediários ou intercalares é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

O estatuto social da COELBA menciona também que o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Em 2012 foram pagos R\$ 284,1 milhões a título de dividendos, sendo R\$ 219,0 milhões relativos ao exercício findo em 2011 e R\$ 65,1 milhões aos dividendos da reserva de Lucros. Foi pago também como juros sobre capital próprio o valor de R\$ 28,3 milhões relativos ao exercício de 2011, perfazendo o montante de R\$ 312,4 milhões como remuneração total aos acionistas.

7.4. AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

Para garantir os princípios básicos de governança corporativa, a Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração que aprova e define o seu plano de trabalho. A equipe de Controles Internos acompanha o cumprimento das recomendações das Auditorias Interna e Externa.

Em 2012 foi desenvolvido um trabalho especial para o ciclo de Múltiplas Regulatórias, que resultou em grande auxílio para as áreas envolvidas, no desenvolvimento de um ambiente de controle seguro e transparente. Foi também proposta nova estrutura de Controles Internos, visando uma atuação de forma corporativa e com ganho de sinergia das equipes e processos. Assim ao final de 2012 foram estabelecidas as Unidades de Processos, Conformidade, Segurança da Informação e Controle de Normativos em composição a esta área.

7.5. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

O Conselho de Administração é composto por seis membros sendo cinco deles representantes dos acionistas controladores e um deles representante dos empregados, cujos mandatos são de dois anos. Cabe ao Conselho determinar a política geral dos negócios da Companhia e supervisionar sua administração, eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar orçamentos anuais e de investimentos. O Conselho Fiscal é composto por quatro membros, sendo três deles representantes dos acionistas controladores e um representante dos acionistas preferencialistas não controladores.

7.6. CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética do Grupo Neoenergia tem como finalidade ser uma referência para a conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores, baseada em valores e princípios que sustentarão o alcance da missão e visão da COELBA. Para garantir o cumprimento do Código de Ética e a avaliação dos casos de violação, existe o Comitê de Ética da COELBA que realiza reuniões periódicas para discutir as ocorrências. As denúncias e consultas ao Comitê de Ética poderão ser feitas através do endereço eletrônico etica@coelba.com.br. O Código de Ética foi elaborado em consonância às exigências da Lei Sarbanes-Oxley e está disponível na home page da empresa (www.coelba.com.br).

8 GESTÃO DE PESSOAS

A COELBA propicia a ampliação dos conhecimentos, integração e subsídios para gestão das competências individuais e institucionais, visando à satisfação dos seus colaboradores, acionistas, parceiros e comunidades.

8.1. SAÚDE E SEGURANÇA

A Gestão de Saúde e Segurança do trabalho tem sido cada vez mais valorizada no planejamento estratégico da COELBA, em consonância com a legislação vigente e Políticas do Grupo Neoenergia, visando preservar a saúde e integridade física dos colaboradores (próprios e das empresas prestadoras de serviços) e da comunidade em geral.

A COELBA, ciente das suas responsabilidades com a sociedade a qual serve e participa, assegura seu compromisso com a saúde e segurança da força de trabalho e população baiana, promovendo a melhoria contínua do sistema de gestão e consolidando uma cultura de prevenção. O Programa Energia da Vida reforça este conceito, pois contempla ações nas áreas de segurança, saúde e qualidade de vida - possibilitando que a empresa alcance resultados positivos no desenvolvimento das suas atividades.

As novas tecnologias de segurança e a capacitação profissional, nos aspectos técnicos e comportamentais, propiciam melhor desempenho dos empregados e otimização dos processos, contribuindo para redução dos índices de acidentalidade.

Dentre as principais ações desenvolvidas no exercício de 2012, destacamos:

- Saúde Ocupacional: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; Exames Médicos Ocupacionais; Programa de Ginástica Laboral e Blitz Ergonômica;
- Saúde e Qualidade de Vida: Academia de Ginástica COELBA Fitness; Clube de Corrida; Massagem Terapêutica; Programa Materno Infantil; Feiras de Saúde; Campanhas de Vacinação da Gripe; DT - Tríplice Viral; Febre Amarela; Tétano e Hepatite; Campanhas Educativas de Promoção à Saúde: Carnaval com Saúde e Segurança; Verão; Doenças Cardiovasculares; Alimentação para a Prática de Exercícios Físicos; Doação de Sangue e Contra a AIDS;
- Segurança do Trabalho (próprios e terceirizados): Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA; Constituição e Coordenação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA; Palestras e Reuniões de Segurança; Inspeções e Mutirões de Segurança; Formação de Brigadistas e Planos de Emergência; Programa Energia Segura (Histórias em Quadrinhos - HQ); Recepções e Auditorias de Segurança nas Empresas Prestadoras de Serviços;
- Segurança da Comunidade: Palestras e Inspeções de Segurança; Participação da VII Semana Nacional de Segurança da População - ABRADEE; Campanhas: Mensagem na Conta de Energia, Jornal e Entrevistas em Rádio/TV.

8.2. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Foram realizados em 2012, 280 eventos de treinamento, sendo 78% para empregados próprios e 22% para prestadores de serviços. Estes eventos, que totalizaram 98.075 horas de participações, fizeram parte de uma série de programas de treinamento, seminários, palestras e cursos nas áreas técnica/operacional, administrativo/financeira e gerencial, que foram direcionados para empregados próprios, terceirizados e jovens de comunidades carentes.

Em 2012 a COELBA, em parceria com o SENAI, formou a primeira turma de 24 eletrotécnicos, filhos dos seus empregados. Curso 100% subsidiado pela empresa, bem



→ Continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011				Em milhares de reais		
ATIVO	Notas	31/12/2012	31/12/2011	Notas	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	4	252.479	180.756	14	504.700	395.330
Contas a receber de clientes e outros	5	987.586	939.057	15	290.934	312.973
Títulos e valores mobiliários	6	26.726	34.667	16	185.967	102.932
Impostos e contribuições a recuperar	7	121.871	108.237	17	48.395	33.326
Estoques	14.018	10.481	-	18	59.199	54.233
Despesas pagas antecipadamente	1.637	3.669	-	19	125.218	132.903
Entidade de previdência privada	9.952	6.156	-	20	167.595	31.247
Serviços em curso	8	43.826	44.958	21	23.899	18.403
Outros ativos circulantes	10	31.391	22.700	22	113.920	178.277
TOTAL DO CIRCULANTE		1.489.486	1.350.681		1.519.827	1.259.624
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes e outros	5	133.441	256.602	14	27.397	25.397
Títulos e valores mobiliários	6	50.169	627	15	2.611.726	1.974.595
Impostos e contribuições a recuperar	7	75.407	58.794	16	98.566	272.532
Impostos e contribuições diferidos	9	177.719	199.072	18	1.078	30.787
Partes relacionadas	257	211	-	19	4.598	3.183
Depósitos judiciais	11	183.748	139.809	21	140.824	109.361
Entidade de previdência privada	24.006	35.119	-	1.803	89	80
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	1.713.486	659.635	22	2.402	2.402
Outros ativos não circulantes	10	2.855	8.075	22	45.665	24.018
Outros investimentos	11.432	12.117	-	23	2.934.148	2.444.043
Intangível	13	3.245.641	3.280.862	23	542.163	542.163
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.618.161	4.650.923		2.653.672	2.297.937
ATIVO TOTAL		7.107.647	6.001.604		7.107.647	6.001.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011												Em milhares de reais	
	Reserva de Capital			Reservas de Lucros					Outros Resultados Abruangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido	
	Capital Social	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Retenção de Lucros Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	542.163	18.569	339.052	340.429	473.628	108.433	65.069	-	409	19.862	-	2.376.713	
Distribuição de reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	(65.069)	-	-	-	65.069	-	
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-	39	
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(469.099)	(469.099)	-	
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	(65.069)	-	39	-	(404.030)	(469.060)	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	750.490	-	750.490	
Ajustes ativos financeiros da concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	42.732	-	-	42.732	
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.529)	-	-	(14.529)	
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	28.203	-	-	28.203	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	143.060	-	-	-	-	-	(143.060)	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.366)	-	(113.366)	
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(275.043)	-	(275.043)	
Dividendos propostos (nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(219.021)	219.021	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	542.163	18.569	339.052	340.429	616.688	108.433	-	448	48.065	48.065	284.090	2.297.937	
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.065)	-	-	(48.065)	
Reversão de dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	427	-	-	427	
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(284.090)	(284.090)	-	
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	48.065	427	(48.065)	427	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	805.497	805.497	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	432.854	-	-	(432.854)	-	-	
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	62.053	-	(62.053)	-	-	
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	141.100	-	-	-	-	-	(141.100)	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.167)	-	(113.167)	
Dividendos a distribuir - Complemento 25% mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.932)	-	(52.932)	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.391)	3.391	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	542.163	18.569	339.052	340.429	757.788	108.433	432.854	110.118	875	3.391	2.653.672		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011						Em milhares de reais	
	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Lucro do Exercício antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	934.701	867.503	Fornecedores	111.370	78.623		
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			Salários e encargos a pagar	15.069	2.670		
Amortização*	263.714	243.859	Encargos de dívidas e swap pagos	(240.233)	(226.618)		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	279.676	223.959	Taxas regulamentares	(24.743)	(5.556)		
Valor justo do ativo financeiro	(105.930)	-	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(6.270)	(47.340)		
Perda com baixa do ativo intangível em curso	15.068	5.240	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(251.170)	(165.061)		
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	54.025	188	Coligadas e controladas	(89.502)	(53.165)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	79.318	150.213	Indenizações/contingências pagas	(45.015)	18.476		
Outras provisões	-	-	Entidade de previdência privada	115	(194)		
	-	-	Outras passivos	(49.106)	75.097		
	-	-	CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.075.410	1.269.596		
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS			FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Contas a receber de clientes e outros	(4.686)	(102.694)	Aquisição de investimentos	685	-		
IR e CSLL a recuperar	(19.216)	(113.458)	Aquisição de intangíveis	(1.406.501)	(1.046.577)		
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(29.533)	137.218	Aplicação em títulos e valores mobiliários	(174.358)	34.983		
Estoques	(3.537)	(2.467)	Resgate de títulos e valores mobiliários	135.392	(45.833)		
Depósitos judiciais	(43.939)	45.572	GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.444.782)	(1.057.427)		
Despesas pagas antecipadamente	2.032	(1.388)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Entidade de previdência privada	7.317	557	Captação de empréstimos e financiamentos	864.260	975.123		
Coligadas e controladas	(46)	(73)	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(251.170)	(165.061)		
Outros ativos	(25.248)	(26.706)	Outras operações de empréstimos, financiamentos	(96.509)	(194.641)		
	(116.856)	(63.439)	Obrigações vinculadas	237.928	107.327		
			Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(313.414)	(855.438)		
			UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	441.095	(132.690)		
			AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	71.723	79.479		
			Caixa e equivalentes no início do período	180.756	101.277		
			Caixa e equivalentes no final do período	252.479	180.756		
			VARIACÃO LÍQUIDA DE CAIXA	71.723	79.479		

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011								Em milhares de reais		
	2012 R\$ mil				2011 R\$ mil (Reclassificado)					
	R\$ mil	FPB	RL	VAT	R\$ mil	FPB	RL	VAT		
1 - BASE DE CÁLCULO										
Receita Líquida (RL)					5.813.614				4.967.359	
Resultado Operacional (RO)					1.051.830				1.046.095	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)					406.129				202.842	
Valor Adicionado Total (VAT)					3.673.013				3.459.113	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)										
Alimentação	13.531	3,33	0,23	0,37	10.179	5,02	0,20	0,29	-	197
Encargos sociais compulsórios	61.064	15,04	1,05	1,66	59.704	29,43	1,20	1,73	609	609
Previdência privada	9.406	2,32	0,16	0,26	7.924	3,91	0,16	0,23	1.160	732
Saúde	17.229	0,30	0,02	0,03	13.087	6,45	0,26	0,38	816	810
Segurança e saúde no trabalho	1.203	0,11	0,01	0,01	2.333	1,15	0,05	0,07	178	185
Educação	461	0,11	0,01	0,01	540	0,27	0,01	0,02	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.971	0,49	0,03	0,05	1.527	0,75	0,03	0,04	-	-
Creches ou auxílio-creche	1.052	0,26	0,02	0,03	977	0,48	0,02	0,03	-	-
Esporte	8	-	-	-	14	0,01	-	-	-	-
Transporte	520	0,13	0,01	0,01	1.601	0,79	0,03	0,05	-	-
Participação nos lucros ou resultados	30.988	7,63	0,53	0,84	20.964	10,34	0,42	0,61	-	-
Outros	172	0,04	-	-	1.664	0,82	0,03	0,05	-	-
Total - indicadores sociais internos	137.605	30	2	-	120.514	59,41	2,43	3,48		
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS										
Educação	603	-	0,01	0,02	951	0,09	0,02	0,03		
Cultura	22.478	2,14	0,39	0,61	4.434	0,42	0,09	0,13		
Saúde e Saneamento	479	0,04	0,01	0,01	479	0,05	0,01	0,01		
Esporte	91	0,01	-	-	90	0,01	-	-		
Combate a fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-	-	-		
Desenvolvimento Social	1.181.309	112,31	20,32	32,16	651.519	62,28	13,12	18,83		
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	20.482	1,95	0,35	0,56	17.625	1,68	0,35	0,51		
Outros	8									

[> Continuação](#)**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA"), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Nandimba, Salvador - Bahia. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e aos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgado pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulado pelo Contrato de Concessão nº 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/1/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Apresentação da Demonstração Financeira**2.1 - Base de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita faturada

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal SUDENE), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 23).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros**a) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro de concessão.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis
- Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem.

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem releve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 30).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

2.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 - Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

2.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas-base das demonstrações financeiras.

2.11 - Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.12 - Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 - Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização financeira do ativo financeiro reconhecida no resultado é efetuada trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes. Na data da revisão tarifária da Coelba e Cosern, que ocorre a cada cinco anos, e da Celpe, que ocorre a cada quatro anos, (próxima revisão tarifária prevista para abril de 2013) o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

2.14 - Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 - Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 13).

2.15 - Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essa avaliação é efetuada com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infra-estrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPCs 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.17 - Taxas regulamentares**a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDC) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.18 - Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.19 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos, a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.20 - Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

2.21 - Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.22 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.23 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis temporariamente.

2.24 - Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente - IMA, este na esfera estadual. Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONGs e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.25 - Segmento de negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments*, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.



→ **Continuação**

CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 696, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 694, de 23 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Esta revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os impactos futuros da adoção dessas emendas sobre as demonstrações financeiras a serem emitidas a partir da data de vigência.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 698, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - aprovado pela Deliberação CVM nº 697, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM nº 699, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.28 - Reapresentação das cifras comparativas

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade.

A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

Ref	31/12/11	
	Publicado	Reapresentado
Balanco Patrimonial		
ATIVO		
CIRCULANTE		
Contas a receber de clientes e outros	923.069	939.057
Outros ativos circulantes	38.688	22.700
NÃO CIRCULANTE		
Títulos e valores mobiliários	52.598	627
Impostos e contribuições diferidos	74.753	199.072
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	208.586	-
CIRCULANTE		
Fornecedores	395.410	395.330
Taxas regulamentares	52.454	54.233
Outros passivos circulantes	180.056	178.277
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	2.026.566	1.974.595
Impostos e contribuições diferidos	84.267	-
Coligadas e controladora	-	80

Ref	31/12/11	
	Publicado	Reapresentado
Demonstração do Resultado		
Custo do serviço	(3.410.513)	(3.315.429)
Despesas com vendas	(313.978)	(409.062)

Notas:

(a) Reclassificação dos créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda (R\$ 16.146 em 31 de dezembro de 2011) do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a Receber e Encargos de Capacidade Emergencial e Aquisição de Energia Elétrica (R\$ 159 em 31 de dezembro de 2011) de Contas a Receber para Outros Ativos Circulantes;

(b) Apresentação da dívida líquida das garantias vinculadas;

(c) Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;

(d) Reclassificação para apresentação de saldo com parte relacionada;

(e) Reclassificação dos Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional do grupo de Outros passivos circulantes para Taxas regulamentares;

(f) Ajuste na transferência por atividade da despesa com PCLD.

3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público - ativo financeiro indenizável e ativo intangível

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteador pela ICPC-01 (IFRIC-12).

b) Contratos de construção

Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) Provisões para riscos tributários, civis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

f) Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

g) Provisão para débitos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

Ref.	31/12/12	31/12/11
Consumidores	1.236.632	1.297.974
Títulos a receber	1.728	2.743
Comercialização de energia na CCEE	47.432	17.989
Disponibilização do sistema de distribuição	23.650	13.054
Serviços prestados a terceiros	11.733	11.407
Serviços taxados e administrativos	12.824	18.306
Subvenção à baixa renda - tarifa social	59.123	16.147
Outros créditos	31.939	42.755
(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(304.034)	(224.716)
Total	1.121.027	1.195.659
Circulante	987.586	939.057
Não circulante	133.441	256.602

(a) Consumidores

	Saldos vencidos		Total		PCLD		
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Sector privado							
Residencial	238.814	125.466	206.811	571.091	671.027	(253.818) (191.058)	
Industrial	78.531	7.896	12.464	98.891	130.349	(4.138) (3.480)	
Comercial, serviços e outras	128.648	31.184	37.732	197.564	212.418	(14.226) (11.401)	
Rural	32.548	9.605	21.245	63.398	63.771	(6.418) (3.417)	
478.541	174.151	278.252	930.944	1.077.565	(278.600)	(209.356)	
Sector público							
Poder público							
Federal	5.103	740	1.011	6.854	6.219	(398) -	
Estadual	9.025	3.470	563	13.058	10.645	(2) -	
Municipal	15.236	7.874	1.198	24.308	23.712	(8) -	
29.364	12.084	2.772	44.220	40.576	(408)	-	
Iluminação pública	27.648	7.057	594	35.299	35.445	(43) -	
Serviço público	36.670	6.555	2.914	46.139	39.980	(514) (756)	
Fornecimento não faturado	180.030	-	-	180.030	104.408	- -	
Total	752.253	199.847	284.532	1.236.632	1.297.974	(279.565)	(210.112)
Circulante	1.107.860	1.063.423	(279.565)	(210.112)	-	-	
Não circulante	128.772	234.551	-	-	-	-	

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados *pro-rata temporis*.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, alugueiros, custas processuais, dentre outros.

	Vencidos		Total		PCLD		
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Sector público	706	50	972	1.728	2.733	(1.508) (1.572)	
Sector privado	706	50	972	1.728	2.743	(1.508) (1.572)	
Total	706	50	972	1.728	2.743	(1.508)	(1.572)
Circulante	1.204	1.359	-	1.204	1.359	- (1.183)	
Não circulante	524	1.384	-	524	1.384	- (389)	

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenção à baixa renda - tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita - DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 59.123 (R\$ 16.147 em 2011), relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2012.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados com contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro - LFTs.

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	(2)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	8.179	19.071
Banco Itaú	(1)	Títulos Públicos	fev-13/mai-14	CDIC	1.045	999
Banco Nordeste do Brasil	(2)	LFT Bradesco	set-17	CDI	43.927	-
Bradesco	(1)	Fundo Recite	(*)	CDI	11.684	2.390
Bradesco	(1)	LFT CDB	mar-13/jun-13	CDI	16	552
Caixa Econômica Federal	(1)	CDB	jan-13/set-13/abr-14	CDI	2.184	2.000
Votorantim	(1)	CDB	jun-13/jan-13/fev-14/fev-17	CDI	7.374	5.555
Votorantim	(1)	CDB	dez-12	CDI	-	4.727
Total					76.895	35.294
Circulante					26.726	34.667
Não circulante					50.169	627

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(1) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(2) Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Ref.	31/12/12	31/12/11
Saldos em 31 de dezembro de 2011	35.294	174.358
Aplicações Resgates	(135.392)	-
Remuneração	2.635	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	76.895	174.358

7 Impostos e Contribuições a Recuperar

Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de Renda - IR	(a)	35.699
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	6.483
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	55.226
Programa de Integração Social - PIS	(c)	3.012
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	13.901
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.537
Outros		1.262
121.871	108.237	108.237
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	72.994
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413
75.407	58.794	167.031
Total	197.278	167.031

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados à prestação de serviços pela Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 118.397 (R\$ 97.478 em 31 de dezembro de 2011).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 9.823 (R\$ 2.303 em 31 de dezembro de 2011).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favor



Continuação

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776, em favor da Companhia, com expectativa de realização do saldo em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as oito primeiras parcelas anuais. (b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Trabalhistas		97.212	77.402
Cíveis		52.262	31.121
Fiscais:		30.594	28.767
PIS/COFINS		12.416	11.856
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	7.928	7.329
Impostos municipais	(b)	2.237	2.174
ICMS	(c)	5.882	5.717
INSS		666	654
Outros		1.465	1.037
Outros		3.680	2.519
Total		183.748	139.809

(a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

(b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes à substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.

(c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados. Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

Concessão de Serviço Público (Ativo Financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 7 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser ruinosos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela residual remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes à Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) está assim apresentada:

	Ref.	659.635
Saldos em 31 de dezembro de 2011		659.635
Baixas	(584)	
Transferências	(a)	948.505
Atualização monetária/valor justo		105.930
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.713.486

(a) Transferência do Intangível devido a remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide comentários nota 12) no montante de R\$ 515.400 e transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 433.105.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras vigentes e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/12				31/12/11	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Amortização Custos	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,97	4.025.807 (1.181.223)	(290.194)	2.554.390	2.592.776	
Em curso						
Direito de uso da concessão		659.738	31.513	691.251	688.086	
Total		4.685.545 (1.181.223)	(258.681)	3.245.641	3.280.862	

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso			Total
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.249.615	(551.588)	(341.534)	2.356.493	388.943	(774)	388.169
Adições	-	-	-	1.046.577 (107.327)	939.250		939.250
Baixas	(2.872)	-	(2.872)	(2.037)	-	(2.037)	(4.909)
Amortizações	(344.933)	101.305 (243.628)	-	-	-	(243.628)	
Transferências - Intangíveis	627.174	(145.085) 482.089	(627.174)	145.085 (482.089)	-	-	
Transferências - Ativos financeiros	-	-	(202.018)	28.749 (173.269)	(173.269)		
Transferências - Outros	-	694	694 (3.548)	21.610	18.062	18.756	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.873.917	(896.521)	(384.620)	2.592.776	600.743	87.343	688.086
Adições	-	-	-	1.406.501 (237.928)	1.168.573		1.168.573
Baixas	(54.681)	47.863	(6.818)	(7.666)	-	(7.666)	(14.484)
Amortizações	(332.565)	85.307 (247.258)	-	-	-	(247.258)	
Transferências - Intangíveis	813.753	(83.061) 730.692	(813.753)	83.061 (730.692)	-	-	
Transferências - Ativos financeiros	-	91.782 (515.400)	(520.931)	87.826 (433.105)	(948.505)		
Transferências - Outros	-	398	398 (5.156)	11.211	6.055	6.453	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.025.807	(1.181.223)	(290.194)	2.554.390	659.738	31.513	691.251

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 7/2/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infra-estrutura que é decorrida no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 - Contratos de Concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Fornecedores

A composição dos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Fornecedores	312.656	220.632
Energia elétrica:	275.726	176.539
Terceiros	45.930	44.093
Partes relacionadas	31.019	26.239
Encargos de uso da rede:	31.019	24.165
Terceiros	2.051	2.074
Partes relacionadas	152.025	148.459
Materiais e serviços:	152.025	148.459
Terceiros	151.609	147.878
Partes relacionadas	416	581
Energia livre:	27.397	25.397
Total	532.097	420.727
Circulante	504.700	395.330
Não circulante	27.397	25.397

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2.517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

Empréstimos e Financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Composição da dívida	Ref.	Taxa efetiva	Encargos		Principal		Total	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional								
BNB	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	1.668	-	65.864	271.489	339.021	389.340	
(-) Custos de transação		-	-	(909)	(1.766)	(2.675)	(3.752)	
Total		1.668	1.668	64.955	269.723	336.346	385.588	
BNDES FINEM	(a.1) TJLP+ 3,20% a.a./8,06% a.a.	2.355	-	120.422	619.001	741.778	521.705	
(-) Custos de transação		-	-	(26)	(15)	(41)	(81)	
Total		2.355	2.355	120.396	618.986	741.737	521.624	
ELETOBRÁS	(a.3) 5,00% a.a. a 5,45% a.a.	736	-	24.241	155.929	180.506	170.163	
(-) Custos de transação		-	-	(230)	(1.020)	(1.250)	(636)	
Total		736	736	24.011	154.909	179.256	169.527	
FINEP	(a.2) 5,27% a.a. a 5,34% a.a.	114	-	9.644	40.182	49.940	51.497	
(-) Custos de transação		-	-	(110)	(205)	(315)	(358)	
Total		114	114	9.534	39.977	49.625	51.139	
Banco do Brasil	13,55% a.a / 13,76% a.a.	6.430	35.580	-	408.111	450.121	536.072	
(-) Custos de transação		-	-	(1.399)	(1.710)	(3.109)	(5.365)	
Operações com swap		-	-	-	(14.757)	(14.757)	(6.014)	
Total		6.430	35.580	(1.399)	391.644	432.255	524.693	
BONDS BRL	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	8.225	-	-	400.000	408.225	408.225	
(-) Custos de transação		-	-	(865)	(2.012)	(2.877)	(3.627)	
Total		8.225	8.225	(865)	397.988	405.348	404.598	
Total moeda nacional		19.528	35.580	216.632	1.873.227	2.144.967	2.057.169	
Moeda estrangeira								
Títulos Externos	Libor + 1,875% a.a.	-	-	7.284	303.461	310.745	273.156	
Operações com swap	106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	-	-	11.464	(38.953)	(27.489)	9.214	
Total		388	388	18.748	264.508	283.256	282.370	
Bank Of America	Libor 3M + 1,7% a.a.	388	-	-	7.932	392.932	401.252	
Operações com swap	CDI + 0,552% a.a., CDI + 0,60% a.a. e CDI + 0,61% a.a.	-	-	20.327 (13.575)	6.752	-	-	
Total		388	388	28.255	379.357	408.004	401.252	
Banco Tokio	(a.4) Libor 3M + 0,8% a.a.	54	-	1.098	94.708	95.860	-	
Operações com swap	CDI + 0,60% a.a.	-	-	6.227	1.089	7.316	-	
Total		54	54	7.325	95.797	103.176	-	
Total moeda estrangeira		442	442	54.332	738.662	794.436	282.370	
Total Depósitos em Garantias		-	-	(36.743)	(36.743)	(51.971)	(51.971)	
Total		19.970	35.580	270.964	2.576.146	2.902.660	2.287.568	

(a) Captações e renegociações de recursos no exercício: a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - A Companhia recebeu em 2012 o montante de R\$ 295.000 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012. a.2) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - A Companhia recebeu o montante de R\$ 7.036 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009. a.3) Eletrobrás - Em 2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECF5 - 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz para Todos, através da Reserva Global de Reversão - RGR. Em 2012 foi liberado o montante de R\$ 42.719. a.4) Em dezembro de 2012, a Companhia realizou captações de recursos em moeda estrangeira com base na Lei 4.131, nos montantes de US\$ 200.000 junto ao Bank of América, N.A. e US\$ 50.000 junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD., com vencimentos em 14 de junho de 2018, a serem amortizados em 3 parcelas semestrais a partir de 14 Junho de 2017, com custos de libor + 1,70% a.a. e libor + 0,80% a.a., respectivamente, a serem pagos trimestralmente. Em conexão com estas operações foram contratados swap de proteção cambial. (b) Condições restritivas financeiras (covenants) Os Títulos Externos, os empréstimos em moeda estrangeira com base na Lei 4.131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. e BONDS contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Títulos Externos - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2. Empréstimos em moeda estrangeira, com base na Lei 4.131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2. BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3. Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atendeu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2012:



→ **Continuação**

O Artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores aqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	87.034	85.512
Ações preferenciais classe "A"	15.573	15.300
Ações preferenciais classe "B"	51.954	51.045
Total	154.561	151.857
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	805.497	750.490
Incentivo fiscal SUDENE	(141.100)	(143.060)
Amortização do ágio incorporado	53.582	55.540
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(35.364)	(36.657)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(18.218)	(18.884)
Base de cálculo do dividendo	664.397	607.429
Dividendos mínimos obrigatórios	166.099	151.857
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Dividendos intermediários	-	275.043
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,583006059 por ação ON, R\$ 0,583006059 por ação PNA e R\$ 0,641306665 por ação PNB	113.167	113.366
Total Bruto	113.167	388.409
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	(1.548)	(1.552)

(*). Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda. A movimentação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011 31.247

Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Declarados 397.257

Propostos 52.933

Imposto de renda retido na fonte - IRRF (1.548)

Pagos no período (311.866)

Prescritos (428)

Saldo em 31 de dezembro de 2012 167.595

21 Provisões

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 23.899, classificadas no passivo circulante (R\$ 18.403 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 140.824 no não circulante (R\$ 109.361 em 31 de dezembro de 2011) estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias
Saldo em 31 de dezembro de 2011	73.993	43.950	9.821	127.764
Constituição	34.526	20.883	979	73.867
Reversões	(39.674)	(25.183)	-	(64.857)
Atualização	18.754	8.264	623	27.949
Saldo em 31 de dezembro de 2012	87.599	47.914	11.423	167.423

A Administração da Companhia, consultada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado	Instância		31/12/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	49.241	1ª, 2ª e 3ª	Provável	49.241	40.610
	212.397	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	56.081	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
	32.338	1ª, 2ª e 3ª	Provável	32.338	28.723
	170.662	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Empregados	52.778	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
	6.020	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.020	4.660
	51.777	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	19.163	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	650.457			87.599	73.993

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado	Instância		31/12/12	31/12/11
Cientes - tarifas plano cruzado	11.192	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.192	10.836
Indenização por perdas	35.623	1ª, 2ª e 3ª	Provável	35.623	30.593
	494.846	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	10.706	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	344	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Comerc. energia e produtos	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	-
	16.179	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	14.711	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	826	1ª, 2ª e 3ª	Provável	826	612
	48.385	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	2.277	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório	4.096	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Societária ações	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	1.742
Racionamento de energia elétrica	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	2
	74	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	270	1ª, 2ª e 3ª	Provável	270	165
	3.428	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	336	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	643.296			47.914	43.950

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme Portarias nºs 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por Perdas - Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.

(3) Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado	Instância		31/12/12	31/12/11
ICMS	145	1ª, 2ª e 3ª	Provável	145	136
	104.574	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	2.177	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.177	2.049
	18.638	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	4.854	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	11.071	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ITF/IPTU	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	3
	1.138	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.400	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	18.231	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	64.589	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	5.591	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	17.738	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	422.145	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	5.090	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.090	4.789
ITO S/DOAÇÕES RECEBIDAS	2.380	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	279	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	5.113	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas	1.874	Administrativa	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	4.853	Judicial	Possível	-	-
Outras	4.007	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.007	2.844
	657	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total	697.183			11.423	9.821

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS

(1.1) Auto de Infração lavrado pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como provável.

(1.2) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(1.3) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(1.4) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA argumentando supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº 115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(2) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(3) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis aos contribuintes.

(4) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(5) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 3/5/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(6) PIS/COFINS

(6.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e do COFIN S sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9.718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(6.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(7) COFINS

(7.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(7.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compenso a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compenso o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(8) IRPJ/CSLL/IRRF

(8.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº 01/2002.

(8.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(9) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatada a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços. (10) ITD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações.

(11) CIDE - Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(12) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

Regulatório

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
Auto de infração ANEEL	(1)	17.787	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.787
	(2)	9.506	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Total		27.293			17.787

(1) Termo de Notificação referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 3/9/2012 com recurso administrativo na ANEEL.

(2) Termo de Notificação referente à troca do sistema comercial SAP/CCS e a cobrança, nesse período, aos consumidores de energia utilizando a média de consumo. A Companhia ingressou em 12/9/2011 com ação ordinária contra essa autuação.

22 Outros Passivos

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(a)	33.558	41.996
Plano de saúde (função de reserva)	(b)	10.497	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		2.791	171
Convênios		209	147
Caução em garantia	(c)	76.763	46.704
FGTS Conta empresa		207	207
Encargos CBE		108	167
Adiantamentos recebidos		23.977	23.362
Devolução recursos Eletrobrás	(d)	-	70.189
Outras		11.475	6.206
Total		159.585	202.295
Circulante		113.920	178.277
Não circulante		45.665	24.018

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco, por parte da Companhia e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas com assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFs-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, no montante de R\$ 70.189, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos serão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

23 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163. A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)									
	Ações Ordinárias					Ações Preferenciais				
	Única	%	A	B	%	Total	%	Total	%	
Neoenergia S.A.	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8		
Iberdrola Energia S.A.	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5		
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3		
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4		
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0		

Acionistas	R\$ (EM REAIS)									
	Ações Ordinárias					Ações Preferenciais				
	Única	%	A	B	%	Total				



➔ **Continuação**

(c) Custo com encargos de uso do sistema de transmissão

	31/12/12	31/12/11
Terceiros	(294.830)	(253.434)
Partes relacionadas	(12.903)	(13.179)
Crédito PIS/COFINS	27.113	24.127
Total	(280.620)	(242.486)
(d) Amortização	31/12/12	31/12/11
Quota de amortização no exercício	(263.493)	(243.629)
(-) Amortização transferida para ordens em curso	(7.229)	(230)
(-) Crédito PIS/COFINS	7.460	9.657
Total	(256.254)	(234.202)

(e) Outros custos e despesas operacionais

	31/12/12	31/12/11
Seguros	(1.601)	(1.426)
Doações e contribuições	(1.679)	(1.396)
Recuperação de despesa	58	5.732
Órgãos de classe do setor elétrico	(2.395)	(2.196)
Despesas de viagem	(3.184)	(2.684)
Consumo próprio e energia elétrica	(6.591)	(5.918)
Propaganda e publicidade	(3.770)	(2.686)
Indenização processos cíveis e fiscais	(19.863)	(18.483)
Alimentação	(342)	(205)
Encerramento de ordem em curso	(498)	(493)
Contencioso trabalhista - terceiros	(5.450)	(5.713)
Outros	(1.537)	(3.550)
Total	(46.914)	(39.018)

26 Receitas e Despesas Financeiras

	31/12/12	31/12/11
Receitas Financeiras	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	18.330	34.112
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	78.785	68.673
Varição monetária	44.436	59.948
Varição cambial	48.217	46.228
Operações swap	69.086	78.191
Receita financeira da concessão	105.927	-
Outras receitas financeiras	15.314	23.702
Total	390.095	310.854
Despesas Financeiras	31/12/12	31/12/11
Encargos de dívida	(190.818)	(161.741)
Varição monetária	(66.004)	(70.764)
Varição cambial	(65.920)	(79.978)
Operações swap	(79.088)	(100.150)
Multas regulatórias	(50.489)	(28.754)
Juros de mora	(2.576)	(13.676)
Outras despesas financeiras	(42.329)	(34.383)
Total	(497.224)	(489.446)

27 Participações nos Resultados

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e Artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2012 é de R\$ 30.988 (R\$ 20.964 em 2011).

28 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	(b)	Uso da rede	-	347	-	-	541	(4.356)
		Outros	685	-	(6.659)	592	-	-
			685	347	(6.659)	592	541	(4.356)
COSEERN		Outros	107	-	-	110	-	-
			107	-	-	110	-	-
TERMOVERNAMBUCO	a.1)	Energia comprada	-	11.676	(82.239)	-	10.972	(76.878)
			-	11.676	(82.239)	-	10.972	(76.878)
ITAPEBI	g)	Energia fornecida	31	-	243	23	-	159
	a.1)	Energia comprada	-	27.646	(323.277)	-	26.854	(306.670)
		Outros	1.076	-	-	742	-	-
			1.107	27.646	(323.034)	765	26.854	(306.511)
NC ENERGIA	a.1)	Energia comprada	-	2.104	(12.822)	-	1.865	(14.828)
		Reembolso de despesa	2	-	-	2	-	-
			2	2.104	(12.822)	2	1.865	(14.828)
BAGUIARI I	a.2)	Energia comprada	-	400	(3.505)	-	396	(3.311)
			-	400	(3.505)	-	396	(3.311)
BAHIA PCH I	b)	Uso da rede	64	-	759	62	-	818
			64	-	759	62	-	818
RIO PCH I	a.2)	Energia comprada	-	138	(1.181)	-	134	(1.116)
			-	138	(1.181)	-	134	(1.116)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Prestação de serviço	-	-	257	28	-	406
			-	-	257	28	-	406
GOIÁS SUL	a.2)	Energia comprada	-	252	(2.159)	-	244	(1.996)
			-	252	(2.159)	-	244	(1.996)
SE NARANDIBA	c/d)	Uso da rede	-	382	(3.230)	-	357	(1.320)
			-	382	(3.230)	-	357	(1.320)
AFLUENTE GERAÇÃO	a.1)	Energia comprada	-	1.979	(23.257)	-	1.949	(22.280)
		Uso da rede	91	-	1.098	95	-	1.255
			91	1.979	(22.159)	95	1.949	(21.025)
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Energia fornecida	8	-	92	-	-	-
		Uso da rede	-	1.322	(11.530)	-	1.176	(9.576)
		Aluguel/comodato	-	2	(24)	-	2	-
			8	1.324	(11.462)	-	1.178	(9.576)
ÁGUAS DA PEDRA	a.1)	Energia comprada	-	1.735	(14.842)	-	1.679	(14.023)
			-	1.735	(14.842)	-	1.679	(14.023)
Banco do Brasil S.A.		Aplicações financeiras	-	800	(325)	-	-	-
			-	800	(325)	-	-	-
Fundação Coelba de Previdência Complementar - FAELBA		Contribuição patronal	-	-	(9.406)	-	-	834
			-	-	(9.406)	-	-	834
Neoenergia S.A.		Prestação de serviço	46	-	545	-	-	(276)
		Dividendos	-	46.694	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	99.830	-	-	-	25.001
		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	-	2.402
		Aluguel/Comodato	-	89	(1.004)	-	78	-
			46	149.015	(459)	-	27.481	(276)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	1.176	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.514	-	-	-	630
			-	3.690	-	-	-	630
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	4.361	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	7.925	-	-	-	1.985
			-	12.286	-	-	-	1.985
Amara Brasil		Prestação de serviço (almoxnarifado)	-	416	3	-	581	-
		Reembolso de despesa	-	-	-	-	-	(34)
			-	416	3	-	581	(34)
Outros Minoritários		Dividendos	-	3.231	-	-	2.734	-
		Juros sobre capital próprio	-	1.864	-	-	897	-
			-	5.095	-	-	3.631	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados**
- a.1)** Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL
- Itapebi - Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 1º novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- NC Energia - Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- Termopernambuco - Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.
- Afluente Geração - Contrato nº 4600009536, com vigência até 8 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- a.2)** Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.
- Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA - Contrato nº 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.
- Rio PCHI - Contratos nºs 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- Goias Sul - Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- (b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)**
- Afluente Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.
- Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL, com vigência até dezembro de 2029.
- Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**
- Afluente Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluente, Coelba e o ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- SE NARANDIBA - Contrato nº 4600007292, entre Afluente, Coelba e o ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- (d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)**
- Afluente Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- SE NARANDIBA - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- (e) Contratos de locação de imóveis**
- Neoenergia S.A. - Contrato nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- Afluente Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (f) Contratos de prestação de serviços**
- Amara Brasil - Contrato nº 4600022337, referente à administração e logística de almoxnarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.
- (g) Contratos de energia fornecida**
- Itapebi - Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.
- Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.
- A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 4.400 (R\$ 3.099 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

29 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários - Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000 - é considerado como item objeto de *hedge*, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contratuais. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Descrição	Contraparte	Data dos contratos		Posição	Valores de referência					
		Data de vencimento			Moeda estrangeira	Moeda local	Valor justo	Efeito acumulado 31/12/12		
Contratos de swaps:										
Swap Ativa	Bancos Santander e Citibank	11/07/06								
				USD 6M LIBOR + 1% a.a./ USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a.						
				106,75%/107,25%/101,61%/101,72%/103,27%/100,40% e 102,87% do CDI	USD 150.000	USD 150.000	R\$ 282.704	R\$ 284.400	310.422	275.428
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas	15/06/09	26/06/2013							
		22/06/10	26/06/2015							
		26/08/10	10/12/10							
Swap Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14		USD 2.979	USD 4.847	R\$ 9.003	R\$ 14.646	12.599	17.475
Passiva				USD + 13,4853% a.a. IGPM + 13,95% a.a.					43.319	57.875
									(30.720)	(40.400)
Swap Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18		USD 50.000	-	R\$ 104.005	-	96.988	-
Passiva				114,29% * (Libor 3M + 0,80% a.a.) CDI + 0,60% a.a.					104.305	-
									(7.317)	(7.317)
Swap Ativa	Bank of America	13/11/12	14/06/18		USD 200.000	-	R\$ 415.500	-	409.944	



→ Continuação

31 Entidade de Previdência Privada

Planos Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar - FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 - (Plano CD - FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 - (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 - FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. No entanto, além da poupança individual, o FAELFLEX confere aos participantes benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Essa peculiaridade insere o FAELFLEX nas disposições contidas no CPC 33, no que tange à realização de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 - BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	31/12/12	31/12/11
Custo do Intangível em Curso	(3.359)	(2.745)
Despesas Operacionais	(5.958)	(5.392)
Total	(9.317)	(8.137)

Avaliação atuarial dos planos previdenciários

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado. Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FAELBA, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 7/10/2009 e CPC 33.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Nº 1 - CD		Nº 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.258	4.955	305.127	252.081
Valor justo dos ativos do plano	3.412	1.357	369.092	374.233
Deficit/(superávit) para planos cobertos	2.846	3.598	(63.965)	(122.152)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	(1.043)	(1.911)	(7.087)	(6.360)
Efeito do limite de parágrafo 58B (1)	-	-	53.716	111.176
Passivo/(ativo) atuarial líquido total	1.803	1.687	(17.336)	(17.336)

(1) Refere-se a parte do superávit acumulado do Plano BD não atribuído à Companhia na observância da proporção contributiva (50%) no período em que se deu a constituição do superávit. O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 58B da Deliberação CVM nº 600/09.

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Nº 1 - CD		Nº 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente				
(com juros, líquido da contribuição do participante)	381	277	55	2
Juros sobre as obrigações atuariais	587	488	26.508	23.950
Rendimento esperado dos ativos do plano	(195)	(264)	(38.091)	(39.796)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	126	10	68.988	-
Efeito do limite de parágrafo 58B (1)	-	-	(57.459)	37.860
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	900	511	-	22.016
Rendimento efetivo dos ativos do plano	1.264	1.188	22.096	35.753

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	Nº 1 - CD		Nº 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor das obrigações no início do ano	4.955	4.237	252.081	234.587
Custo do serviço corrente bruto (1)	381	277	55	2
Juros sobre obrigação atuarial	587	488	26.508	23.950
Contribuições de participantes vertidas no ano	7	9	-	12
(Ganho) / perda atuarial	327	(55)	53.720	20.718
Benefícios pagos no ano	-	-	(27.237)	(27.188)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	6.258	4.956	305.127	252.081

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Salvador, 14 de março de 2013

Marco Giovanne Tobias da Silva - **Presidente**

Gonzalo Gómez Alcántara
Gonzalo Pérez Fernandes
José Maurício Pereira Coelho
Marcelo Souza Marinho
Solange Maria Pinto Ribeiro

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanne Tobias da Silva Presidente	Gonzalo Pérez Fernandez Vice-Presidente
Membros Titulares	
José Maurício Pereira Coelho Gonzalo Gómez Alcántara	Solange Maria Pinto Ribeiro Marcelo Souza Marinho
Membros Suplentes	
Jorge Luiz Pacheco André Luis Dantas Furtado Leila Tatiana Prazeres Costa	Mario José Ruiz-Tagle Larrain Lara Cristina Ribeiro Piau Marques Mario Antonio Duarte Bornfim

Antônio Luiz Oliveira Monteiro de Castro
Superintendente de Operações
Antônio Pedro Gordilho de Farias Filho
Superintendente de Gestão de Pessoas

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA**, dando cumprimento ao que dispõe o Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanços sociais.

Com fundamento nas análises apresentadas e na opinião refletida no relatório dos Auditores Independentes, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Salvador, 4 de fevereiro de 2013

Mônica Romero Monteiro Marinho
Presidente

Fabrizio Duque Estrada Meyer Chagas
Luiz Carlos Faria Ribeiro
Vinícius Balbino Bouhid

CONSELHO FISCAL

Mônica Romero Monteiro Marinho Presidente
Membros Titulares
Fabrizio Duque Estrada Meyer Chagas Vinícius Balbino Bouhid Luiz Carlos Faria Ribeiro
Membros Suplentes
José Odilon Gama da Silva Francesco Gaudio Gilberto Lourenço da Aparecida Ricardo Bottas Dourado dos Santos

SUPERINTENDÊNCIAS

Emmanuel Sampaio Lôpo
Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Fabiano da Rosa Carvalho
Superintendente de Regulação
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Superintendente Comercial e Mercado

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Nº 1 - CD		Nº 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos no início do ano	1.357	1.832	374.233	365.643
Rendimento esperado no ano	195	264	38.091	39.796
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	1.069	(1.452)	(15.995)	(4.043)
Contribuições da patrocinadora	784	704	-	12
Contribuições de participantes	7	9	-	12
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(27.237)	(27.188)
Valor justo dos ativos no final do ano	3.412	1.357	369.092	374.232

A Deliberação CVM nº 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 - Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A estimativa do empregador sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício de 2013:

	CD	BD
Contribuição de participante	7	-
Contribuição da empresa	784	-

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2012 e 2011:

	Nº 1 - CD	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD
	2012	2011	2012	2011
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,20%	10,99%	9,20%	10,99%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	9,20%	11,35%	9,20%	10,49%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,10%	7,10%	7,10%	7,10%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,00%	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15/ (tempo de serviço + 1)	0,15/ (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela Coelba, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela Faelba.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2011 e 2010 são os seguintes:

	CD		BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Renda variável	16,50%	18,75%	1,18%	1,11%
Renda fixa	77,88%	75,31%	95,75%	95,09%
Imóveis	1,31%	1,71%	1,81%	2,15%
Outros	4,31%	4,23%	1,26%	1,65%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 39.237 (R\$ 36.231 em 2011).

32 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	CD		BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2012 à 08/10/2013	239.344	1.18%	639
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2012 à 08/10/2013	165.776		443
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2012 à 08/10/2013	8.000		525
Veículos	08/10/2012 à 08/10/2013	-		51

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 8.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2013

Moisés Afonso Sales Filho
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Lady Batista de Moraes
Diretora Executiva de Recursos Humanos

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora Executiva de Regulação

DIRETORIA EXECUTIVA

Moisés Afonso Sales Filho Diretor-Presidente
Erik da Costa Breyer Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Lady Batista de Moraes Diretora de Gestão de Pessoas
Solange Maria Pinto Ribeiro Diretor de Planejamento e Controle e de Regulação
CONTADOR
Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis CRC BA 017210/O-1

Milton Menezes Campos Filho
Superintendente de Planejamento e Controle
Sérgio Souto Maia Malbouisson de Mello
Superintendente de Engenharia

Salvador, 4 de fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "P" BA

Leandro Mauro Ardito
Contador
CRC 1SP188307/O-0"S" BA